

Formação do educador social: a experiência do Centro Social Nossa Senhora do Bom Parto¹

LEANDRO ALVES LOPES²

JOÃO CLEMENTE DE SOUZA NETO³

Resumo

Este trabalho analisa, por uma perspectiva freireana de ação-reflexão-ação e da teologia da libertação, de que modo as práticas sociopedagógicas, socioculturais e sociopolíticas contribuem para a formação do educador social em serviço. A pesquisa foi realizada no Centro Social Nossa Senhora do Bom Parto, entidade sem fins lucrativos, fundada em 1946, uma das referências nas políticas públicas de atendimento na cidade de São Paulo. O trabalho do educador social no campo da assistência social é multifacetado, pois ele atua com os dramas humanos relacionados à desigualdade social, em vista de contribuir para o fortalecimento dos vínculos sociais, das relações humanizadoras e do protagonismo ético de pessoas que vivem em situação de múltiplas privações de direitos, tais como crianças, adolescentes, jovens e adultos em situação de rua, idosos e famílias. A pesquisa tem como metodologia a análise de documentos. A coleta de dados foi a partir de registros sobre os processos formativos, tabulação de avaliações das informações, relatórios para agências internacionais e nacionais de financiamento, em união com a experiência profissional dos autores, seja na orientação pedagógica na entidade, seja na área de consultoria e de acompanhamento das atividades sociopedagógicas e da formação das equipes. Palavras-chave: Formação do educador social. Pedagogia Social. Assistência social. Fortalecimento de vínculos.

Formation of the social educator: the experience of the Centro Social Nossa Senhora do Bom Parto

Abstract

This work analyzes, from a Freirean perspective of action-reflection-action and liberation theology, how social-pedagogical, sociocultural and sociopolitical practices contribute to the formation of the social educator in service. The survey was conducted at the Nossa Senhora do Bom Parto Social Center, a non-profit organization, founded in 1946, one of the references in public health care policies in the city of São Paulo. The work of the social educator in the field of social assistance is manifold, since it works with human dramas related to social inequality, in order to contribute to the strengthening of social bonds, humanizing relationships and the ethical protagonism of people living in situations of multiple deprivations of rights, such as children, adolescents, youth and street adults, the elderly and families. The research methodology is documental analysis. Data collection was based on records on the training processes, tabulation of information assessments, reports for international and national funding agencies, aside the authors' professional experience, and also in the pedagogical orientation of the entity, or in the area of consulting and accompaniment of socio-pedagogical activities and the formation of teams.

Keywords: Social educator training. Social Pedagogy. Social assistance. Strengthening of links.

Formación del educador social: la experiencia del Centro Social Nossa Senhora do Bom Parto

Resumen

Este trabajo analiza, por medio de una perspectiva freireana de acción-reflexión-acción y de lateología de laliberación, cómo las prácticas sociopedagógicas, socioculturales y sociopolíticas contribuyen a la formación del educador social durante su actuación. La investigación se realizó en el Centro Social Nossa Senhora do Bom Parto, entidad sin fines de lucro, fundada en 1946, una de las referencias en las políticas públicas de atención en la ciudad de São Paulo. El trabajo del educador social en el campo de la asistencia social es multifacético, pues actúa con los dramas humanos relacionados con la desigualdad social, con el fin de contribuir al fortalecimiento de vínculos sociales, de relaciones humanizadoras y del protagonismo ético de personas que viven en situación

de situação múltiplas privações de direitos, tales como niños, adolescentes, jóvenes y adultos en situación de calle, ancianos y familias. La investigación tiene como metodología el análisis de documentos. La recolección de datos se hizo a partir de los registros sobre los procesos formativos, tabulación de evaluaciones de la información e informes a agencias internacionales y nacionales de financiamiento. Además, se consideró la experiencia profesional de los autores, sea en la orientación pedagógica en la entidad, sea en el área de consultoría y de seguimiento de las actividades sociopedagógicas y de la formación de los equipos.

Palabras clave: Formación del educador social. Pedagogía Social. Asistencia social. Fortalecimiento de vínculos.

Introdução

Neste artigo, analisou-se o processo de formação do educador social que atua no campo da assistência social, a partir de experiências documentadas do Centro Social Nossa Senhora do Bom Parto (BOMPAR), organização pública não estatal que há mais de 70 anos atua na cidade de São Paulo. Essa organização, que nasceu do anseio de mulheres e homens por dignidade, justiça e oportunidade de romper com o ciclo da violência e da marginalização, vem aperfeiçoando experiências de práticas no campo da formação comunitária, popular e social.

O BOMPAR, na esteira da teologia da libertação, da pedagogia da libertação e das pastorais sociais, assim como outros movimentos sociais, tem influenciado a construção da política de direitos humanos e de um movimento de libertação dos processos de opressão e de negação da dignidade humana, com o intuito de constituir um estado democrático de direitos e os marcos legais da doutrina de proteção integral. A organização, vinculada à Pastoral do Menor, tornou-se uma referência para organizações da cidade de São Paulo pela gestão dos recursos, pela articulação nos espaços de controle social, pela qualidade no atendimento e pelo processo formativo de educadores e educadoras sociais.

A pesquisa teve como ponto de partida as sistematizações produzidas nos processos formativos da entidade, com foco nas concepções de formação para o BOMPAR. Nesse processo, levantaram-se alguns questionamentos: quem é o educador social no BOMPAR? Quem forma esse educador social? Como se dá o processo de formação desse educador?

Campo e procedimentos da pesquisa

Ser educador social no campo da assistência social é se colocar em contato direto com os mais vulneráveis, que estão em situação de privação de direitos, que se encontram em territórios onde, por vezes, a presença do Estado é mais repressora e controladora do que pedagógica e justa. Políticas públicas de caráter universal, até o presente, não foram suficientes para reverter a desigualdade social.

Entre os desafios da ação do educador social, encontram-se o ativismo, o volume de demandas, a defasagem dos recursos financeiros, a desvalorização dos profissionais, a morosidade dos encaminhamentos para efetivação dos direitos dos atendidos, o desconhecimento e a incompreensão do funcionamento do sistema de garantia de direitos e a dificuldade dos atores da rede de proteção (CRAS, CREAS, Conselho Tutelar, UBS, Escolas, entre outros) para cumprirem seus papéis. Nesse quadro, as propostas sociopedagógicas e socioculturais não encontram eco e apoio.

O trabalho do educador social é desafiador, mas requer superar uma visão arquetípica do herói salvador, do educador polivalente, assistencialista, “pau para toda obra”, um faz-tudo ou ainda um pouco de várias profissões – psicólogo, assistente social, nutricionista, conselheiro tutelar, enfermeiro, sociólogo, antropólogo. O educador social não é polissêmico, pois tem um campo de ação definido. O processo formativo intencional leva o educador social a superar uma postura passiva e alienante, a refletir sobre sua trajetória de vida, seu processo histórico, a compreender as tramas da sociedade e a agir sobre ela, construindo e/ou reconstruindo formas de atuação mais qualificada.

O educador, em geral e especialmente no BOMPAR, deve saber escutar a dor que nasce da sua existência e a dor que vem do clamor do outro. Os gritos – tenho fome, estou abandonado, sou analfabeto, não tenho casa, fui violentado – devem encontrar na práxis do educador uma resposta, um jeito de descobrir saídas, em síntese, sua práxis deve descortinar as formas de exploração e de dominação e constituir experiências de justiça e democracia. Nesse sentido, a liberdade:

[...] humana fundamental é a de poder viver, muito antes do que decidir viver dessa ou de outra maneira. A justiça ou a libertação sociopolítica é a que possibilita a liberdade posterior de escolha. [...] há tempos nos quais é necessário que

todos colaborem disciplinadamente, superando o egoísmo aristocrático das antigas classes dominantes [...] para produzir ou fabricar os bens que permitam que todos possam viver humanamente (DUSSEL, 1999, p. 22).

A intencionalidade da formação do BOMPAR é criar as condições objetivas para que todos possam viver humanamente bem. Não basta a proteção, é necessário ter nos processos pedagógicos experiências de justiça e liberdade, o que é central na formação do educador social (SOUZA NETO, 2002). Formar-se é um processo para toda a vida, é a possibilidade de aprender e apreender com cada vivência e experiências significativas, em diversos ambientes culturais e sociais e na relação com o outro. Desse modo, aprender é mais do que receber ou obter informações; é tornar o aprendizado parte integrante do ser, o que exige abertura para se compreender enquanto sujeito histórico e produtor de saberes.

A fim de coletar as informações para este artigo e responder aos seus objetivos, adotou-se a análise de documentos (relatórios anuais de atividades da entidade para agências financiadoras, atas de reuniões, tabulação de avaliações dos encontros formativos e registros das formações) como abordagem metodológica. A análise de documentos é um processo de garimpagem realizado a partir do problema proposto pela pesquisa, de forma a ir montando um quebra-cabeças.

[...] o documento escrito constitui uma fonte extremamente preciosa para todo pesquisador nas ciências sociais. Ele é, evidentemente, insubstituível em qualquer reconstituição referente a um passado relativamente distante, pois não é raro que ele represente a quase totalidade dos vestígios da atividade humana em determinadas épocas. Além disso, muito frequentemente, ele permanece como o único testemunho de atividades particulares ocorridas num passado recente (CELLARD, 2008, p. 295).

Na coleta dos dados e na análise documental, levou-se em conta que o material não havia passado por um tratamento científico. A aproximação com os documentos partiu de uma leitura cuidadosa para capturar experiências, narrativas e concepções dos educadores e da organização. Na medida do possível, houve a tentativa de se colocar no lugar do sujeito das narrativas e, em seguida, agrupar as categorias a partir de uma análise dos aspectos relevantes.

Verifique se certos temas, observações e comentários aparecem e reaparecem em contextos variados, vindos de diferentes fontes e diferentes situações. Esses aspectos que aparecem com certa regularidade são a base para o primeiro agrupamento da informação em categorias. Os dados que não puderem ser agregados devem ser classificados em um grupo à parte para serem posteriormente examinados (LÜDKE; ANDRÉ, 1986, p. 43).

Cabe destacar que os pesquisadores têm vínculos com a organização, por meio da Pastoral do Menor e por ações cotidianas na entidade. Isso favoreceu o acesso aos documentos e a observação das experiências, dos registros pessoais e dos diálogos com os educadores. Um dos pesquisadores é orientador pedagógico e membro do Grupo de Apoio Pastoral Pedagógico do Centro Social Nossa Senhora do Bom Parto. Contudo, esse envolvimento não comprometeu as análises das informações. Ao contrário, ampliou as possibilidades da pesquisa, cujo espaço é marcado pela heterogeneidade e complexidade de fenômenos como linguagem, divisão social do trabalho, jogos, emoções, imediaticidade e espontaneidade, variáveis que produzem um conjunto de vínculos multidirecionais (SOUZA NETO, 2002).

A Pedagogia Social e a política de assistência social

A Pedagogia Social surge como um novo paradigma pedagógico, em uma perspectiva da ontologia do ser social, capaz de interagir e transformar o contexto em que se aplica. Tem por objetivo a Educação Social de indivíduos de comunidades e organizações, em vista da formação para a convivência humana.

Atualmente a pedagogia social parece orientar-se sempre mais para a realização prática da educabilidade humana voltada para pessoas que se encontram em condições sociais desfavoráveis. O trabalho do educador social emerge, pois, como uma necessidade da sociedade industrializada, enquanto nela se desenvolvem situações de risco e mal-estar social que se manifestam nas formas da pobreza, da marginalidade, do consumo de drogas, de abandono e de indiferença social. A pedagogia social se realiza especialmente dentro de intervenções educativas intencionais e não for-

mais, e é organizada fora das normais agências educativas como a escolar e a familiar, embora não exclua essas duas instituições de sua metodologia (CALIMAN, 2006, p. 19).

A Pedagogia Social encontra campo propício para o fazer do educador social na assistência social, uma vez que emerge da necessidade de promoção de processos educativos das relações humanas, de cidadania e justiça social, nas lutas contra-hegemônicas. Nesse campo, ela reúne condições para geração de um conhecimento voltado a compreender as tramas da vida cotidiana e as formas de socialização, em outros termos, de convivência humana. A Pedagogia Social é uma ciência prática, dotada de vigor para apoiar o sujeito na descoberta, na criação e na recepção de sentidos, ações que definem sua forma de agir, seu estilo de viver e de pensar.

As conexões entre a Pedagogia Social e a assistência repousam sobre os campos da prática e do ordenamento jurídico. Existe entre ambas uma interface, preconizada no artigo 203 da Constituição Federal de 1988, cujo teor estabelece que:

a assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, com o objetivo de garantir a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice, e o amparo às crianças e adolescentes carentes (BRASIL, 1988, p. 120).

De uma forma ou de outra, esse campo é o mesmo da Educação Social. De acordo com a LDB, artigo 1º:

A educação abrange todos os processos formativos que ocorrem na família, no trabalho, no cotidiano, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais (BRASIL, 1996 p. 8.).

Portanto, em todos os espaços de convivência humana. Diante das políticas de direito humano, a Educação Social e a Pedagogia Social têm um caráter transversal, interdisciplinar e transdisciplinar, ou seja, perpassa por todas as políticas e instituições. Em todos os lugares, deve haver ações pedagógicas que interfiram no jeito de pensar e agir das pessoas e de reler suas biografias.

Assim sendo, a Pedagogia Social, articulada a políticas governamentais, pode contribuir para o rompimento do ciclo de exclusão e marginalização e para a promoção do sujeito, do seu meio e da sociedade. Ela procura:

[...] oferecer respostas positivas a milhares de pessoas vítimas de processos de injustiça social, especialmente de violações de direitos. De uma forma ou de outra, ela rejeita algumas práticas da escola que buscam explicar a conduta dessa população pela ótica de um déficit de socialização primária e mesmo secundária, como se o processo de socialização ocorresse num único momento da vida e não ao longo da existência humana [...] A educação social não se opõe à educação escolar e nem mesmo à educação não formal. Ela supera essa ambivalência, em vista de oferecer respostas às novas exigências sociais e descobertas (SOUZA NETO, 2010, p. 35).

A Pedagogia Social caracteriza-se por uma metodologia dialética que valoriza a ação do sujeito. Nesse sentido, não é uma simples técnica, não separa conhecimento e ação, pois uma dimensão ilumina a outra. A vida interage em todas as dimensões. A Pedagogia Social se funde em um processo de construção de conhecimentos que se apropria criticamente da situação, no sentido de interpretá-la e transformá-la. Em síntese:

[...] a metodologia da Pedagogia Social é centrada na pessoa e baseada na proposta de desenvolvimento [...] possibilitando soluções e práticas mais abrangentes a partir do estabelecimento de uma linha mestra entre o que se é, o que se sente e o que se faz, viabilizando o que também poderá vir a ser. Os temas abordados são centrados no desenvolvimento do potencial humano e concebidos a partir das relações e conexões (GRACIANI, 2014, p. 44).

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), artigo 90, dispõe sobre as entidades de atendimento e prevê a formalidade das práticas, a implantação de projetos inovadores e a execução de programas. As entidades devem estar inscritas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) e ser acompanhadas por mecanismos de controle e fiscalização financeira, além de seguir os parâmetros nacionais, os decretos, as resoluções e as portarias, gerando um denso processo burocrático.

A novidade do Estatuto é a necessidade de um projeto político-pedagógico como possibilidade para um atendimento de qualidade. A partir disso, acredita-se que a Pedagogia Social reúne as melhores condições para atuar nos múltiplos espaços propostos pelo ECA (BRASIL, 1990).

Em uma leitura atenta do ECA, da LDB e da LOAS (Lei Orgânica da Assistência Social), percebe-se a interface e a necessidade da atuação do educador social na assistência e na escola. O Projeto de Lei nº 328/2015, no Senado Federal, artigo 4º, define como atribuições do educador social, dentro e fora dos âmbitos escolares, promover os direitos humanos e de cidadania e a educação ambiental; atuar com pessoas e comunidades em situação de risco ou vulnerabilidade social, violência, exploração física e psicológica e com segmentos sociais excluídos socialmente, tais como mulheres, crianças, adolescentes, negros, indígenas e homoafetivos. O campo de atuação do educador social, portanto, está nos espaços que promovem a justiça social, a cidadania, a inserção social, a convivência humana e o respeito às diferenças (BRASIL, 2015).

A tarefa da educação social é elaborar e polir formas especialmente delicadas de convívio social. Com a complexidade crescente da vida, o homem entra em relações sociais cada vez mais complexas e diversificadas, e por isso toda a variedade das relações sociais do homem moderno não pode esgotar-se em algumas habilidades ou capacidades antecipadamente preparadas. Perante a educação, coloca-se antes o objetivo de elaborar não um determinado volume de habilidades, mas certas faculdades criadoras para uma orientação social rápida e habilidosa (VYGOTSKY, 2004, p. 123).

O arcabouço teórico e metodológico da Educação Social ajuda a preparar e a formar para uma atitude criadora, pela qual o sujeito consegue lidar com os dramas da vida, de forma justa. Nessa trilha, percebe-se na experiência do BOMPAR que a formação e a prática estão voltadas para uma pedagogia criadora, na linha de Vygotsky, Paulo Freire e Dussel. A Pedagogia Social reúne um conjunto de ideias que afeta os campos da ciência, da filosofia, da prática cotidiana. Esse caldo cultural de uma pedagogia da libertação, de uma pedagogia criadora, de uma filosofia da libertação, de uma teologia da libertação, constitui a matriz da formação latino-americana, conforme constata Dussel (2014). Em toda a história da América Latina, desde Bartolomeu de Las Casas, esse é um movimento constante, que vai e volta.

Nos anos 1970, no Brasil, essa perspectiva voltou a emergir por meio das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), da Pastoral do Menor, das Pastorais Sociais, dos diferentes movimentos de luta por moradia, terra, defesa da criança, da mulher, do negro, do índio, da natureza... Esse conjunto de lutas tinha como foco a retomada da matriz da libertação, em vista da construção das políticas dos direitos humanos e da redemocratização do país, o que afetou a construção da Carta Magna do Brasil.

O clima que sucedeu à Constituinte ofereceu as condições para o surgimento de organizações da sociedade civil, com características diferentes, filantrópicas, ideológicas, comunitárias, ecológicas, classistas, que passaram a desenvolver ações voltadas para a conquista de direitos e o atendimento, nesse caso, para a execução de tarefas do Estado (SOUZA NETO, 2002). À medida que essas organizações foram se constituindo, o Estado começou a fazer com elas as “chamadas” parcerias, que hoje constituem parte integrante das políticas públicas, em especial da assistência. Como se observa na cidade de São Paulo, a Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social se constituiu historicamente pela presença das entidades sem fins lucrativos, seja na formulação de projetos inovadores, seja na gestão de serviços, seja nos espaços de controle social. “A ação do agente público passa a ser a de analista do modo de aplicação dos recursos financeiros transferidos para a entidade social [...]” (SPOSATI, 2005, p. 4).

A política de assistência social em São Paulo adequou-se aos marcos legais que surgiram após a promulgação da Constituição Federal de 1988, a qual inaugurou um novo paradigma de assistência social.

O primeiro passo no processo de mudança de paradigma partiu da caracterização territorial dos riscos, desigualdades, vitimizações, vulnerabilidades e exclusões sociais da população dentre as populações dos 96 distritos da cidade de São Paulo; o segundo passo consistiu na reorganização institucional do processo de gestão; o terceiro passo na reorganização programática da política; o quarto na reorientação da política de parcerias com as ONGs, o quinto na descentralização da decisão para 31 áreas regionais; o sexto na construção da política de recursos humanos; e o sétimo na construção da política de custo e de financiamento das atenções de assistência social (SPOSATI, 2005, p. 6).

Contudo, a implantação e a implementação de um novo paradigma requerem investimento financeiro e de recursos humanos. Requerem ainda investimento maciço na formação dos profissionais, de modo a alterar a mentalidade e a prática do atendimento. Essa nova forma de conceber a assistência produziu um conjunto de embates e de disputas entre as entidades sociais e o poder público. Para reforçar essa tensão, as organizações enfrentam as reduções no orçamento, cada vez mais incompatíveis com os desafios das múltiplas demandas de atendimento nos territórios e a desarticulação dos canais de participação.

A cidade de São Paulo é marcada por contrastes, por territórios de inclusão e exclusão, desigualdade socioeconômica, gerando os descartáveis, excluídos, espórios, oprimidos, que são desprezados e criminalizados pela sociedade. Em geral, são crianças, adolescentes e jovens em situação de rua, exploração sexual, trabalho infantil, doméstico, em situação de insalubridade, em condições análogas à escravidão, violência, drogadição e aliciamento pelo crime organizado, pessoas em situação de rua, sem moradia digna, desempregados, entre outros. A Pedagogia Social privilegia esse campo de ação, de enfrentamento “da pobreza, da marginalização e exclusão de pessoas na sociedade contemporânea, por isso seu conceito dá conta dessa e de outras dimensões sempre aliadas à ideia de trabalho social e de educação para a promoção social” (CALIMAN, 2008, p. 53).

As políticas públicas no Estado democrático têm por finalidade a concretização dos direitos fundamentais para assegurar a dignidade humana. Contudo, elas têm se efetivado com morosidade, permeadas por avanços e retrocessos, em razão dos interesses de uma política mais de controle do que de libertação.

Os impactos nas políticas sociais latino-americanas provocados pela orientação neoliberal podem ser agregados em cinco principais entraves para a gestão social sob o paradigma democrático dos direitos de cidadania: primeiro, a retenção no processo de expansão/universalização dos direitos sociais; segundo, a forte descontinuidade na oferta de atenções sociais durante a passagem de um governo a outro, resultando num efeito direto de restrição na dinâmica das políticas sociais como políticas de Estado e sua configuração como programas sociais de cada governo; terceiro, como quase consequência desses dois entraves, ocorre a disseminação da residualidade da política social

pela prática da focalização de demandas em realidades de incidência extensiva de população com vulnerabilidades; quarto, a onguização da gestão das políticas sociais com descaracterização dos direitos dos usuários; quinto, o caráter transitório e emergencial atribuído às atenções sociais com baixo impacto de resultados, cujo alcance no tempo é restrito ao imediato (SPOSATI, 2005, p. 1).

A Pedagogia Social se constitui no dia a dia das relações, nos atendimentos, nas entidades sociais, nos locais de atendimento das políticas públicas que desenvolvem uma educação comunitária, popular e social. Dessa forma, ela é uma possibilidade para potencializar a mudança de paradigmas da assistência social na cidade de São Paulo. A produção reflexiva sobre sua contribuição no Brasil vem inspirando educadores sociais a sistematizar suas experiências em organizações de origem comunitária e popular. Esse ideário encontra-se nas reflexões de fundo freireano e na filosofia/pedagogia/teologia da libertação.

As práticas da Pedagogia Social se tornam uma possibilidade viável e eficaz na cidade de São Paulo, no campo da assistência social, uma vez que 1.260 serviços são prestados por 360 entidades sociais. Esse volume de organizações vem aumentando e propagando-se pelo país, apoiadas por seu caráter de execução das políticas públicas de atendimento e de direitos humanos. O termo “organizações não governamentais (ONGs)” passou a ser entendido como uma categoria que classifica entidades nascidas no interior da sociedade civil.

Em São Paulo, as ONGs estão intrinsecamente ligadas ao processo histórico, em prol de reivindicações sociais. Por exemplo, na década de 1970, as organizações foram criadas em função de moradia, melhorias no bairro, saúde, creches e cuidado de crianças e em oposição à doutrina de situação irregular. Anteriormente, a ação assistencial era patrocinada nas entidades como prática caritativa; “[...] a partir da década de 70, com o incentivo dos movimentos de direitos humanos, civis e sociais – ela passou a ser encarada como uma possibilidade de ação social voltada para o bem público” (COELHO, 20002, p. 74).

A implantação das políticas de direitos humano e as parcerias com as ONGs resultaram em um amplo campo de atuação do educador social. O Grupo de Estudo e Pesquisas em Pedagogia Social da Universidade Presbiteriana Mackenzie, da Universidade de São Paulo, da Pontifícia Uni-

versidade Católica de São Paulo e do Centro Universitário Salesiano, de inspiração na matriz de libertação da América Latina, tem procurado sistematizar ações sociopedagógicas, sociopolíticas e socioculturais que privilegiem o atendimento e o protagonismo de pessoas em situação de múltiplas privações de direitos. E o Centro Social Nossa Senhora do Bom Parto aparece neste artigo enquanto um espaço para compreender como se dá a formação do educador social e sua interface com a assistência social.

O Centro Social Nossa Senhora do Bom Parto e os centros educacionais comunitários

O BOMPAR nasceu para responder aos clamores das vítimas da desigualdade social, especialmente das famílias que viviam nos cortiços do Brás, Belém e Tatuapé, bairros localizados na Zona Leste da cidade de São Paulo.

Historicamente, a realidade brasileira – caracterizada pela desigual distribuição de renda – produziu um contexto de marginalização e exclusão sociais cuja solução, necessariamente, passa pela instauração de uma nova ordem social que demanda tempo e investimentos. A fim de amenizar essa situação, tradicionalmente, inúmeras entidades e órgãos governamentais ou não, laicos ou confessionais, têm buscado implementar intervenções alternativas baseadas em práticas educativas. [...] Assim, ao longo desse processo histórico – alicerçadas nas inúmeras experiências de educação popular latino-americanas, principalmente, ocorridas nos anos 1960, 1970 e 1980 – vimos surgir uma matriz teórico-prática que se tornou conhecida como “educação social” (MOURA; ZUCCHETTI, 2010, p. 633).

Para compreender a atuação do BOMPAR, é necessário entender seus dois momentos históricos de utilidade pública. O primeiro ocorreu como uma ação pontual na fundação, em 1946, quando “[...] senhoras católicas que frequentavam a Paróquia Nossa Senhora do Bom Parto [...] decidiram se unir e começar a desenvolver ações de capacitação profissional a mulheres menos favorecidas, visando à geração de renda” (BOMPAR, 2018, s/p). O segundo foi no início da década de 1970, com a expansão dos trabalhos socioeducativos, a partir da visão estratégica de Dom Luciano Pedro Mendes de Almeida.

Com a nomeação do Bispo Dom Luciano Pedro Mendes de Almeida, a Região Episcopal Belém, na década de 70, se deparou com uma desafiante realidade [...], encontrando crianças, adolescentes e famílias em situação de pobreza e miséria (BOMPAR, 2018, s/p).

O Arcebispo Dom Paulo Evaristo Arns iniciou o projeto “operação periferia” na cidade de São Paulo na década de 1970, voltando o olhar da ação da Igreja Católica para a realidade das periferias em expansão. Dom Luciano, um dos bispos auxiliares de Dom Paulo, intensificou o apelo para que as congregações religiosas saíssem das estruturas de colégios e conventos e fossem ao encontro dos mais vulneráveis, apoiando a vida pastoral das CEBs. E foi nos salões dessas comunidades que o atendimento às crianças, aos adolescentes e às famílias se iniciou. Essa ação de leigos e religiosos se espalhou pelo Brasil e fomentou na Igreja Católica o surgimento de uma ação pastoral voltada aos cuidados de crianças e adolescentes, que, em 1977, ficou conhecida como Pastoral do Menor.

O BOMPAR, por ser uma organização católica, fez parte da ação da Pastoral do Menor, desenvolvendo serviços públicos que se tornaram políticas públicas. Assim ocorreu com os Centros Educacionais Comunitários (CECs) e os Clubes de Mães, nos quais, de maneira voluntária e sem recursos públicos, agentes pastorais, com a ajuda de doações da comunidade, de comerciantes, de paróquias da região central e colégios particulares de congregações, desenvolviam atividades com crianças, adolescentes e famílias.

Diante dos desafios crescentes dessa dura realidade, Dom Luciano pensava - “é preciso fazer mais”, além das doações e do voluntariado permanente. Na primeira oportunidade com o Governador André Franco Montoro e sua esposa Dona Lucy Pestana Silva Franco Montoro, Dom Luciano os levou a crer que podiam fazer algo diferente enquanto poder público. A reflexão caminhou para prestação de serviço por meio de parceria; para receber o repasse financeiro, era necessária uma entidade com os registros necessários. Dom Luciano lembrou-se das ações sociais da paróquia Nossa Senhora do Bom Parto, liderada por uma assistente social, que eram realizadas com o Estatuto de Utilidade Pública desde 1946. Iniciaram-se assim os primeiros convênios em parceria com o poder público [...] todo esse trabalho tor-

nou-se o que conhecemos hoje por Centro Social Nossa Senhora do Bom Parto, que, no decorrer dos anos, foi ampliando o olhar para outros sofrimentos: população de rua, crianças e adolescentes portadoras de HIV, acolhimento institucional, adolescentes e jovens para o mundo do trabalho e idosos. Hoje, em suas 53 unidades e uma sede administrativa, o Centro Social Nossa Senhora do Bom Parto atende diariamente mais de 15.350 crianças, adolescentes, jovens e respectivas famílias, adultos em situação de rua e idosos. Tem como missão “Articular e contribuir para a Defesa dos Direitos das crianças e dos adolescentes, familiares e população em situação de rua da Região Episcopal Belém de São Paulo, através de programas socioeducativos desenvolvidos em unidades de atendimento, favorecendo o protagonismo social [...]” (BOMPAR, 2018, s/p).

A experiência dos CECs sempre serviu de base para o processo de reflexão sobre políticas de atendimento à criança, ao adolescente e à família. Com o passar do tempo e as diferentes mudanças de Secretaria, tornaram-se políticas públicas na cidade de São Paulo, por meio da Secretaria do Bem-Estar do Menor, depois pela Secretaria da Assistência e Desenvolvimento Social, tornando-se Orientação Socioeducativa ao Menor (OSEM), depois Núcleo Socio-Educativo (NSE) e, finalmente, Centro para Criança e Adolescente (CCA).

Os CECs estão presentes em várias localizações do país. Com a inserção da Pastoral do Menor em diversas dioceses do Brasil, a partir da Campanha da Fraternidade de 1987, “Quem acolhe o Menor a mim acolhe”, iniciou-se um processo de difusão dos CECs, o que contribuiu para uma articulação nacional voltada à defesa da vida de crianças e adolescentes. Essa articulação contribuiu para reivindicar a consolidação do artigo 227 da Constituição Federal do Brasil de 1988 e a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990.

Em função disso, foram escolhidos os CECs, que são uma das primeiras práticas sociopedagógicas do BOMPAR. Atualmente, os CECs do BOMPAR estão localizados nas subprefeituras de São Mateus, Vila Prudente, Sapopemba, Aricanduva e Mooca, subsidiados com recursos do poder público municipal. Os CECs do BOMPAR atendem diariamente, em 19 unidades, cerca de 2.700 crianças de 5 a 15 anos, em situação de vulnerabilidade, e 142 educadores, como se poder verificar no Quadro 1

de recursos humanos. As nomenclaturas utilizadas foram fundamentadas na Portaria nº 46/2010/SMADS, que dispõe sobre a tipificação da rede socioassistencial do município de São Paulo e a regulação de parceria operada por meio de convênios.

Quadro 1 - Função e quantidade de funcionários dos CECs.

Função e quantidade					
Gerente de serviço	Assistente técnico	Orientador socioeducativo	Auxiliar administrativo	Agente operacional	Cozinheira
19	19	53	5	46	19

Fonte: Recursos humanos do Centro Social Nossa Senhora do Bom Parto (base julho/2018).

Os CECs estão dentro dos parâmetros nacionais e municipais da assistência social tipificados como Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), na modalidade Centro para Crianças e Adolescentes. O CEC é um espaço de sociabilização que propicia experiências lúdicas, artísticas, culturais, esportivas, acesso à tecnologia e à experimentação da participação na vida pública e protagonismo social para crianças e adolescentes, além de atividades favoráveis ao desenvolvimento e à prevenção de situações de risco social, que busca assegurar o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários. Em parceria com as famílias, as escolas e a comunidade, o CEC realiza ações sociopedagógicas de defesa e da qualidade de vida da criança e do adolescente.

Na era da informação, a educação e a assistência social são as políticas sociais mais requisitadas para satisfazer as necessidades dos excluídos; elas constituem a expressão de uma reserva de solidariedade em prol da construção do sujeito ético. Pelo fato de promoverem a inclusão do indivíduo no processo produtivo, tornam-se indispensáveis à ascensão social e profissional (SOUZA NETO, 2010, p. 46).

Para o desenvolvimento do processo sociopedagógico, valorizam-se, nos CECs, além do conhecimento, as vivências, as relações afetivas, os saberes e as informações da bagagem pessoal-familiar-comunitária. Essas iniciativas requerem processos educacionais cada vez mais intencionais e passam a exigir o estabelecimento de uma estrutura pedagógica definida. As concepções da Pedagogia Social têm contribuído para a sistematização

da teoria e da prática desenvolvida nas unidades do BOMPAR. Mais do que desenvolver uma dinâmica assistencial que responda às necessidades dos atendidos, o CEC está preocupado em criar mecanismos que ajudem os sujeitos a refletir sobre suas histórias e repercutam na convivência humana. A instituição ajuda as crianças e os adolescentes atendidos pelo BOMPAR a entender os novos espaços de socialização e a buscar apropriar-se das oportunidades neles existentes ou a criar outras, permitindo uma nova compreensão do desenvolvimento do senso estético, ético e do potencial criativo.

Além das concepções da Pedagogia Social, os CECs têm um projeto político-pedagógico institucional referenciado pelas concepções pedagógicas fundamentadas nos Quatro Pilares da Educação para o Século XXI (formulados pela UNESCO), no referencial explicativo construtivista (sociointeracionista), na pedagogia diferenciada ou por competências e na educação interdimensional (Antônio Carlos Gomes da Costa).

Essas concepções, de perspectiva libertária, vinculam-se a uma educação para vida. As ações sociopedagógicas se caracterizam pela utilização do método dialético da construção do conhecimento (fundamentada no construtivismo e na pedagogia por competências), do movimento dialético entre teoria e prática ou reflexão-ação-reflexão, da utilização do método por projetos (que consolida a pedagogia por competências) e do trabalho em equipe, visando à construção coletiva do conhecimento.

A ação pedagógica, pastoral e política dos CECs e dos demais serviços do Centro Social Nossa Senhora do Bom Parto inclui necessariamente as famílias dos educandos e a comunidade (território), em razão do seu compromisso com a cultura dos direitos humanos.

A cultura dos direitos humanos se implanta com os objetivos de erradicar práticas discriminatórias, de gêneros, raças, religiões, etnias, nacionalidade e idade; dirimir ameaças de ordem física, moral e psicológica contra a pessoa humana; reduzir a desigualdade social e criar a possibilidade comum de se usufruir (SOUZA NETO, 2010, p. 39).

A cultura de direitos, pautada na doutrina de proteção integral, está preconizada na Constituição Federal de 1988, na Lei Orgânica da Saúde (LOS) de 1990, no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) de 1990,

na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) de 1993, na Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1996, entre outras. Contudo, essa cultura exige uma ampla compreensão, à luz da Filosofia, da Sociologia, da Pedagogia, da Teologia, da Antropologia e da Psicologia, o que requer um nível de formação complexo e dinâmico.

Sem pretender colocar a formação como única saída para a emancipação dentro de uma cultura de direitos, entende-se que ela tem um espaço de destaque nesse processo. Mas existe a possibilidade de reprodução das práticas da doutrina de situação irregular com um discurso da doutrina de proteção integral. Daí a necessidade de se analisar o processo formativo e sua práxis. Por essas razões, parte-se da análise dos registros dos processos formativos, do acompanhamento das formações e de diálogos com os educadores nesses processos.

O educador social do BOMPAR e a formação em serviço

Para compreender a formação em serviço do educador social no BOMPAR, é necessário partir da concepção de quem é esse sujeito e como a entidade o percebe:

São reconhecidos como educadores do Centro Social Nossa Senhora do Bom Parto todos os profissionais que, de alguma maneira, se relacionam com os educandos e seus familiares. E como todos os espaços que compõem a Entidade são considerados espaços educacionais, é fundamental promover-se a unicidade quanto ao entendimento e à aplicação dos princípios pedagógicos formulados. Ou seja, os comportamentos dos educadores devem sempre, independentemente do contexto, expressar de forma coerente os valores e princípios norteadores das ações socioeducativas (BOMPAR, 2009, p. 24).

O BOMPAR pressupõe que o educador tenha uma formação e uma convicção no sentido de conhecer e aceitar a missão, a visão, os valores e os princípios que orientam as ações da entidade. Essa visão de mundo da instituição deve aparecer no agir do educador, tendo como horizonte a excelência das ações socioeducativas, para que a entidade venha a se constituir em uma referência para programas e projetos afins ou similares

e com ações pessoais para a construção de políticas públicas voltadas para a superação das situações de vulnerabilidade e risco dos sujeitos das ações do BOMPAR. A entidade espera que os educadores tenham sensibilidade para atuar com educandos e famílias em situação de vulnerabilidade social e em cenários que, por sua vez, podem representar risco, e que se disponham a um processo continuado de desenvolvimento pessoal, de forma a incorporar gradualmente na sua vida como cidadãos e profissionais responsáveis o modelo diferenciado de educação proposto (BOMPAR, 2009). Acredita-se que esses pressupostos levem o educador a ter sensibilidade política, mobilização social, participação comprometida com a defesa da vida e organização estratégica de um coletivo que busca diminuir os efeitos da desigualdade social.

A mística do BOMPAR reúne um conjunto de convicções e valores, tais como igualdade, solidariedade e justiça social. Sua ação fundamenta-se em dar o melhor de si para o outro, resgatando sua autoestima, autovalorização e autoconfiança. É a luta pela vida, caracterizada pela indignação, pelo inconformismo; é o jeito de responder ao “por que e como faço aquilo que faço”. É o espírito que mobiliza o educador para a realização do trabalho, que lhe dá significado, entusiasmo e ânimo.

Um efetivo atendimento à criança e ao adolescente passa pelo fortalecimento dos vínculos, sempre que possível, com a família e os elos socioculturais da sua comunidade de origem. A partir desse prisma, o educador realiza propostas sociopedagógicas de acompanhamento às famílias por meio de grupos de orientações e apoio, oficinas de convivência, artesanais e de valores, encontros socioeducativos, palestras informativas e formativas, facilitação no acesso e inserção das famílias aos projetos, benefícios e serviços da rede social.

Outro campo de atuação fundamental para o educador é a articulação com a comunidade, por meio da rede local, do sistema de garantia de direitos, dos setores sociais, fóruns, conselhos, em um caráter de mobilização por melhorias de condições de vida no território.

Esse conjunto de elementos (ação sociopedagógica com os atendidos, as famílias e as comunidades) é o que constitui o espaço privilegiado do educador social, a partir da análise reflexiva da ação em correlação com a teoria ou ainda da formulação de novas teorias, em um movimento dialético de unidade entre prática e teoria.

A práxis do educador social expressa uma concepção de mundo, um tipo de engajamento. Seu processo de formação pressupõe a interação de aspectos biológicos, culturais e emocionais, com suas variáveis sociais, espirituais, econômicas e afetivas. Essas considerações nos levam a tomar como base algumas reflexões sobre o conhecimento científico e o sentido da práxis do educador, para trazer à tona alguns retratos da realidade (SOUZA NETO, 2010, p. 41).

O educador social latino-americano entende a práxis por meio do referencial explicativo da filosofia/teologia/pedagogia/psicologia da libertação, nesse caso como paradigma que emerge das experiências de movimentos e pastorais sociais em luta contra-hegemônica. Essa perspectiva tem guarida nas obras de Las Casas, Dussel, Gutiérrez, Freire e Martín-Baró, intelectuais orgânicos latino-americanos que contribuíram para a formulação do termo “práxis da libertação”, que se entende como processo humano de ação e reflexão sobre o mundo, em uma autêntica união dialógica entre os sujeitos e as tensões históricas.

A práxis de libertação é o próprio ato pelo qual se transpõe o horizonte do sistema e se entra realmente na exterioridade, pela qual se constrói a nova ordem, uma nova formação social mais justa. A mera práxis dentro do sistema é de dominação, porque consolida a totalidade vigente; é uma atividade ôntica ou mera mediação interna do mundo, fundada em seu projeto [...]. A práxis de libertação, pelo contrário, é questionamento real do sistema [...] é a procriação mesma da nova ordem, de sua estrutura inédita, ao mesmo tempo que das funções e entes que o compõem. É tarefa realizadora por excelência, criadora, inventora, inovadora (DUSSEL, 1977, p. 69-70).

O processo de libertação na perspectiva da práxis da libertação se dá pela ação política de construção de direitos que deem respostas ao sofrimento dos oprimidos. Portanto, “[...] refletir sobre a construção das práticas sociais pela perspectiva da Pedagogia Social [...] implica a discussão do sentido e da práxis da cultura de direitos” (SOUZA NETO, 2010, p. 39).

O compromisso do educador social do BOMPAR é, portanto, político, elemento vital da práxis da libertação, no sentido de apontar para práticas e situações de injustiças e desigualdades sociais, em vista da construção de

um projeto de sociedade fundamentado no bem viver, sem a pretensão de que o educador será por si só o promotor da mudança. Ele é um dos agentes de transformação, bem próximo de um intelectual orgânico.

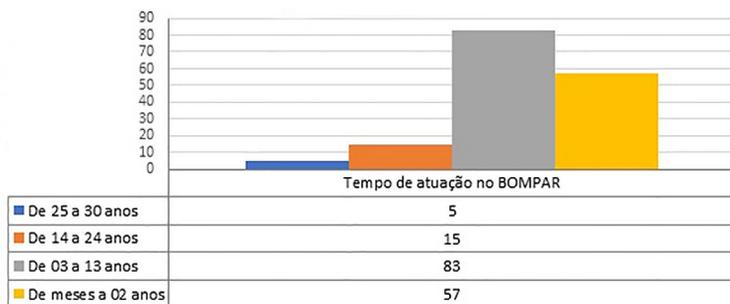
É preciso tomar cuidado diante da tendência de transformar a formação do educador numa panaceia que responda a todos os desafios do processo educacional da população marginalizada. A qualidade da formação do educador é fundamental, mas, por si só, não resolve todos os problemas existentes nas instituições e nas relações humanas. A formação do educador, por si só, não suplanta o processo de exclusão e de desigualdade social no Brasil, nem as sequelas dos sofrimentos da criança e do adolescente (SOUZA NETO, 2010, p. 53).

Entretanto, nem sempre há um educador embevecido por uma práxis libertadora, que compreenda as condições de vulnerabilidade em que se encontram os atendidos e atue sobre elas. Daí a necessidade de um processo de formação que contribua para o desenvolvimento de práticas sociopedagógicas com eficácia, eficiência e efetividade, o que exige um bom processo de diagnóstico, planejamento, monitoramento e avaliação.

Na tentativa de capturar as concepções e o fazer do educador social, foram analisados dados sobre o perfil dos educadores dos CECs do BOMPAR.

No Gráfico 1, pode-se destacar a alta rotatividade, sendo que 87,05% têm até 10 anos na entidade, provavelmente por não identificação com a função, o projeto de vida dos educadores, a desvalorização da carreira com baixos salários e as melhores oportunidades de serviço e/ou condições de trabalho.

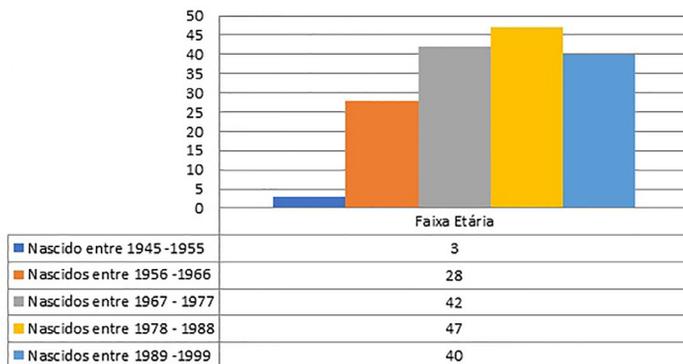
Gráfico 1 - Tempo de atuação na entidade.



Fonte: Recursos humanos do Centro Social Nossa Senhora do Bom Parto (base 160 educadores, julho/2018).

Destaca-se, no Gráfico 2, a idade dos educadores sociais, em que a quase paridade dos grupos etários possibilita que as gerações dialoguem sobre diferentes pontos de vista e enriqueçam o planejamento a partir de experiências e linguagens diversas.

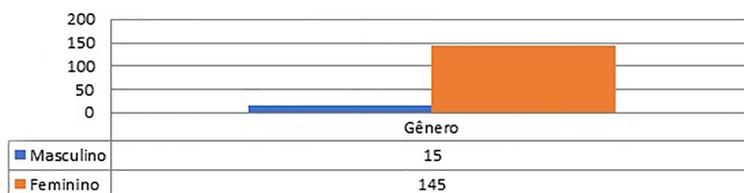
Gráfico 2 - Idade dos educadores sociais da entidade.



Fonte: Recursos humanos do Centro Social Nossa Senhora do Bom Parto (base 160 educadores, julho/2018).

O Gráfico 3 suscita uma reflexão sobre a presença massiva das mulheres na função de educadoras sociais, equivalente a 90% do grupo. Pode-se correlacionar que na sociedade patriarcal os trabalhos ligados à dimensão do cuidado, do afeto, do amparo e da educação são para as mulheres, reforçando o arquétipo da mãe.

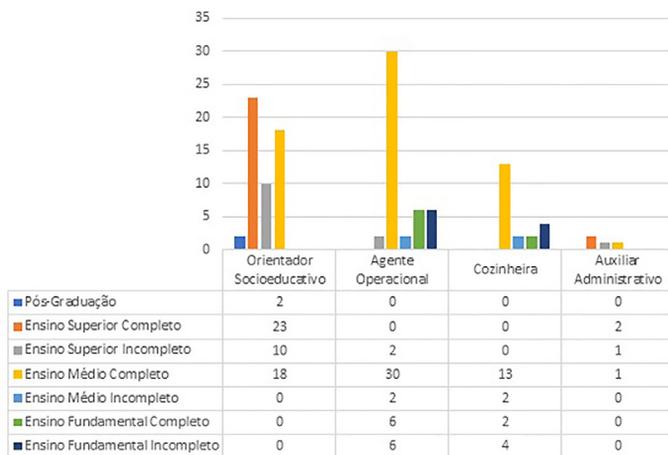
Gráfico 3 - Sexo dos educadores sociais da entidade.



Fonte: Recursos humanos do Centro Social Nossa Senhora do Bom Parto (base 160 educadores, julho/2018).

Vê-se, no Gráfico 4, que nem todos os profissionais têm curso superior e que seu conhecimento vem da/na prática, a partir de trocas com outros educadores, vivências ou busca pessoal e de momentos de formação.

Gráfico 4 - Escolaridade dos educadores sociais da entidade.



Fonte: Recursos humanos do Centro Social Nossa Senhora do Bom Parto (base 124 educadores julho/2018).

De acordo com os gráficos, os educadores do BOMPAR são quase maciçamente do sexo feminino, na faixa etária de 20 a 40 anos, que não tiveram acesso ao ensino superior e que, por questões pessoais e/ou financeiras, tendem a trocar de serviço ou profissão. Cabe destacar que as pessoas chegam para trabalhar nessa área, às vezes, por escolha e, em outros momentos, por questões circunstanciais. Se adequarem desejo e necessidade, permanecem na profissão, como meio de realização.

Outro ponto que o gráfico e a prática permitem inferir é que a situação dos educadores sociais está muito próxima à daqueles a quem eles atendem. Na experiência nesse campo, observa-se essa dialética, ou seja, o que parece negação de uma proposta pode ser igualmente bastante positivo. Quando o educador consegue refletir sobre sua biografia por uma perspectiva da filosofia da práxis, ele transforma sua trajetória em um conteúdo pedagógico, conseguindo ajudar a si mesmo e às pessoas atendidas. Essa questão encontra eco na pedagogia do oprimido, quando Freire (2015) afirma que, quando o oprimido se descobre, liberta a si e aos seus companheiros.

Nessa linha, cada sujeito inventa e cria sua história, sobretudo quando tem a capacidade de ler, interpretar e transformar a sua biografia para uma expertise profissional (SOUZA NETO, 2002). Apesar de a

profissão de educador social ainda não ter sido regulamentada, ela já é socialmente reconhecida, e parte de sua formação é forjada na prática e nos momentos de reflexão sobre as experiências.

No sentido de apresentar o educador social do BOMPAR, buscou-se extrair dados dos relatórios anuais de atividades da entidade, coletados a partir de 2013, fazendo um recorte a partir do cenário da ação dos educadores sociais e utilizando a afirmação de Helder (2006, p. 1), que diz que a “técnica documental vale-se de documentos originais que ainda não receberam tratamento analítico por nenhum autor”. Foi possível constatar: aumento gradativo da rotatividade, por motivos de baixos salários, alta exigência e falta de identificação com a carreira; conjuntura política e econômica nacional, estadual e municipal, com tendência de reducionismo de direitos básicos, afetando os educadores e as famílias dos educandos; lideranças descomprometidas ou com poucas ferramentas de atuação; tendência burocrática em detrimento da missão da entidade; e baixo comprometimento político e pastoral.

Essas informações mostram que as condições sociais interferem na ação e na permanência dos educadores no seu campo de trabalho. Pensando nos desafios recorrentes, o Grupo de Apoio Pastoral Pedagógico (GAPP) construiu ferramentas para contribuir no processo formativo:

Acolhimento/integração dos educadores recém-contratados, bem como sua adaptação para minimizar os efeitos da rotatividade; clareza das competências, habilidades e atitudes com envolvimento e comprometimento na missão; desenvolvimento de condições que propicie o uso de ferramentas pedagógicas, que foram aprendidas, apreendidas e compartilhadas no processo de formação continuada, efetivando a construção de vivências, saberes e conhecimentos; e processo contínuo de apropriação da dinâmica do território, articulando família comunidade e rede de proteção (BOMPAR, 2016, p. 25).

A partir da análise dos dados quantitativos e dos relatórios anuais de atividade, foram levantadas as seguintes questões: quem forma esse perfil de educador? Como se dá o processo formativo?

O diferencial do BOMPAR é a presença do GAPP (grupo estratégico criado pela diretoria da entidade), responsável pelos processos de alinhamento, acompanhamento pastoral, pedagógico e político, e as for-

mações, por meio de processos participativos, horizontais, dialógicos e de construção coletiva, mobilizando a participação dos educadores por meio de comissões e grupo de trabalhos que se reúnem mensalmente.

Por meio de cursos, palestras, vivências, partilhas, rodas de conversas, que ocorrem em um espaço de ação e reflexão dos principais desafios e dificuldades, o educador pode contextualizar sua realidade, apreender e aprender por intermédio da comunicação e do diálogo e, principalmente, a partir de atos concretos e da relação com o educando, além de solidarizar-se com o plano mais amplo das lutas dos setores populares e mais oprimidos da sociedade.

O processo formativo não se dá de forma homogênea, é dinâmico e de acordo com as demandas dos atendidos, dos educadores, dos desafios da comunidade e da conjuntura sociopolítica.

Para romper com práticas educativas equivocadas e discriminatórias, convém adotar, na formação do educador social, uma visão de mundo profunda e crítica, como a proporcionada pelo pensamento complexo (MORIN, 1998). [...] A partir desse novo olhar sobre a realidade, que amplia a visão de mundo, da sociedade e do homem, será possível corrigir rotas, redefinir caminhos, rever posturas inadequadas e buscar novas formas de trabalhar. Pela prática reflexiva e problematizadora, o educador reinterpreta o seu papel como sujeito histórico, crítico e criativo, passando a se reconhecer como sujeito da ação educativa, transformador de sua história e da história social. Com essa visão crítica e transformadora, busca-se entender as causas dos fenômenos e identificar seus efeitos, para poder resistir criativamente à banalização do mal, das violências, às explorações sociais que há muito tempo têm, de forma avassaladora, atingido o mundo inteiro, como guerras, devastação ambiental, preconceitos religiosos, entre outros (GRACIANI, 2011, p. 94).

Com essa metodologia, o GAPP visa propor formações em nível de sensibilização, mobilização e transformação, nas quais as experiências sejam apreendidas pelo sujeito e coletivo, respeitando e valorizando o saber, a cultura, as habilidades e as competências de cada educador. Essa forma tem estimulado o desenvolvimento pessoal, profissional, social, político e pastoral.

A filosofia da práxis libertária de matriz dialética utilizada no Centro Social Nossa Senhora do Bom Parto busca a conscientização e a constituição de um novo homem e uma nova mulher, capazes de projetar uma nova sociedade e de transformar as estruturas que geram a desigualdade social.

A categoria práxis é o elemento que permite uma formação fincada na relação teoria e realidade. Não minimiza a importância dos conhecimentos científicos e pedagógicos nem tampouco aqueles da realidade cotidiana. A reflexão não é um elemento à parte que chega para qualificar a prática do educador, mas ela é o elemento central na ontologia da formação do educador, mesmo porque a práxis não está dissociada de reflexão crítica da realidade material analisada, intelectualizada (PEREIRA, 2013, p. 14).

O processo formativo visa romper com visões simplistas que polarizam as relações e o pensamento (sim-não, esquerda-direita, dentro-fora, certo-errado), incutidos no processo de desenvolvimento por meio de uma formação positivista.

[...] é preciso romper com a visão ingênua que se tem das forças políticas e dos interesses econômicos que sustentam o status quo que se quer transformar. E é necessário romper com a visão idealista do próprio trabalho educativo, o que significa que o saber pedagógico deve questionar seus pressupostos, seus hábitos e tradições (GRACIANI, 2011, p. 93).

Só por meio de um processo formativo emancipador, os educadores compreenderão a complexidade do mundo e desenvolverão ferramentas necessárias para a investigação da sua própria atividade.

As teorias de formação do educador estão situadas em três concepções epistemológicas: racionalidade técnica (paradigma tradicional), prática reflexiva (paradigma do educador reflexivo) e práxis (educador como intelectual) [...] (PEREIRA, 2013, p. 14).

Dessa forma, o processo formativo emancipador se vincula à reflexibilidade da prática. Freire (1996, p. 44) diz que não é possível desarticular prática e reflexão e que “[...] o momento fundamental é o da reflexão crítica sobre a prática”.

A formação ocorre em um movimento dialético de mobilização, síntese, análise, síntese e expressão da síntese articulada com o método pastoral (ver, julgar, agir, rever e celebrar), utilizado por movimentos e pastorais sociais e construído a partir da práxis da libertação. São meios com os quais o BOMPAR elabora o processo formativo.

A formação como processo de aprendizagem requer compreender as múltiplas relações dos diversos conhecimentos nas dimensões ideológicas, políticas, sociais, epistemológicas, filosóficas e/ou da área específica do conhecimento que se quer aprender. Porém, o processo de aprendizagem acontece quando, conscientemente (isto é, passado pela crítica), se incorporam ou não ao desenvolvimento individual e coletivo esses conhecimentos e as relações que os constituem (ALVARADO-PRADA; FREITAS; FREITAS, 2010, p. 369).

Portanto, a formação está relacionada à aquisição de conhecimentos fundamentais, capacidades práticas, atitudes e formas de comportamento que constituem base indispensável para o exercício de uma profissão. Um exercício diário alimenta esses conhecimentos, a fim de atualizar a prática, acompanhar as mudanças do mundo e avançar as discussões com embasamento teórico.

Desvelar a práxis do educador social a partir da razão da pedagogia social permite compreender melhor a dinâmica da história e da convivência humana e os valores da humanidade. Quando a educação se deixa reger apenas pela batuta da razão instrumental, o impacto do irracionalismo pode conduzir a humanidade à barbárie. Pedagogias orientadas por uma rotina burocrática (SOUZA NETO, 2010, p. 53).

A partir das experiências empíricas, dos registros pessoais e dos diálogos com os educadores, pode-se destacar que um dos desafios da formação continuada em serviço é o registro sistematizado de experiências e práticas significativas, necessário para compartilhar, trocar e intercambiar informações com outros grupos de educadores sociais. A sistematização passa pelo processo de autorreflexão do grupo, isto é, a ação-reflexão-ação sistematizada propicia o amadurecimento da práxis construída pela competência das equipes de trabalho formadas por pessoas com bagagem de grande diversidade cultural, artística, pessoal, pastoral, social e política, sempre de modo dialógico com o território.

Ao analisar as atas de reuniões do GAPP, pôde-se perceber a preocupação de buscar estratégias para aperfeiçoar o processo formativo. Em 2015, após reflexão da trajetória anual e com o acúmulo de reflexões anteriores, ficaram mais claros os objetivos da formação, delineados como preparar e empoderar os educadores para realizar os encaminhamentos nos casos de violações de direitos à rede socioassistencial e aos mecanismos de defesa; mapear as violações de direitos no entorno das unidades; ter maior articulação com a rede socioassistencial e de garantia/defesa de direitos; desconstruir com as famílias e os atendidos a mensagem negativa da mídia sobre os direitos humanos; qualificar, ressignificar e criar ferramentas sociopedagógicas que auxiliem na prática intencional do educador; exercitar constantemente a práxis (ação-reflexão-ação); assegurar o conhecimento e a apropriação do sentido de missão, de princípios e valores institucionais; propor alinhamento pedagógico, social, político e pastoral nas ações com crianças, adolescentes, adultos, famílias, população em situação de rua e idosos; incentivar o protagonismo dos educadores por meio de comissões e grupos de trabalhos; e estimular o desenvolvimento de lideranças.

Esses objetivos mostram a intenção de formação que preze pela cultura de direitos, pela conscientização, pelo empoderamento, pelo protagonismo dos educadores e pelo desenvolvimento de lideranças pautado no exercício da práxis, tendo a missão, a visão e os valores institucionais como parâmetros. Não se tem ainda uma sistematização pronta, de forma a consolidar um currículo norteador para o processo de formação continuada em serviço, mas existe uma abertura institucional para discussão e problematização a partir do projeto político-pedagógico.

Toda formação necessita previamente pensar na construção de um currículo da área de conhecimento do futuro profissional e com o educador social não pode ser diferente, já que ele lida com pessoas em situação de risco social permanente (PEREIRA, 2013, p. 12).

A partir da construção dos objetivos, foi proposto aos educadores o estudo de temas interligados a três dimensões: pastoral, política e pedagógica. Os temas das formações se conectam entre si, de forma dialética. Contudo, para expor os temas das formações neste trabalho, eles foram categorizados pela dimensão mais preponderante.

A dimensão pastoral compreende: a história e a mística da Pastoral do Menor, o papel do agente pastoral na promoção da defesa da vida em plenitude; as Campanhas da Fraternidade; o fortalecimento da identidade institucional, por meio da partilha de histórias de vida de militantes, agentes pastorais e idealizadores do BOMPAR; a liderança humanizada e espiritualizada; a mística do serviço e o projeto político-pedagógico (fundamentos da ação pastoral).

A dimensão política abrange os seguintes temas: marco legal e efetivação do sistema de garantia de direito; marco histórico na efetivação da universalização dos direitos humanos; superação das desigualdades por meio do acesso às políticas públicas; análise de conjuntura do acesso às políticas públicas, promoção e controle delas; sistema de garantia de direitos: estrutura do Estado (Poder Legislativo, Executivo e Judiciário) e ferramenta da intersectorialidade na articulação política; impacto da escolha dos representantes dos poderes Legislativo e Executivo; itinerário do educador social na promoção, defesa e garantia de direitos; direitos humanos de crianças, adolescentes, jovens, população em situação de rua e idosos; papel da gestão para articular as políticas públicas e influenciá-las a partir da conjuntura; sistema opressor como promotor de violência; projeto político-pedagógico (fundamentos da ação política); e família, comunidade e sistema de garantia de direitos.

Na dimensão pedagógica, os temas considerados são: curso de desenvolvimento de liderança; papel dos educadores sociais no processo de desenvolvimento biopsicossocial de crianças, adolescentes e jovens; educador social (sujeito político inserido na prática educacional) e aspectos metodológicos para a ação; necessidades da prática sociopedagógica à luz do projeto político-pedagógico; ferramentas sociopedagógicas; multiplicidade da dimensão sociopedagógica: família, comunidade, criança/adolescente/jovem/adulto/idoso; ludicidade, afetividade no desenvolvimento das crianças, dos adolescentes e dos jovens; papel da gestão a partir da dinâmica no território; papel da família e da comunidade na formação da criança, do adolescente e do jovem; sexualidade e afetividade; no projeto político-pedagógico, fundamentos históricos, leitura da realidade, missão, visão e valores; sujeitos do processo socioeducativos (educador, criança, adolescente, jovens, adultos, idosos e família); concepção de Educação Social, educação para a vida e marco conceptual; orientação metodológica e avaliação do processo de ensino e aprendizagem; fundamentos da ação

pedagógica; práticas sociopedagógicas desenvolvidas pelo BOMPAR, que estimulam o protagonismo social de crianças, adolescentes, jovens, população em situação de rua, idosos, familiares e comunidade; temas transversais (étnico-raciais, gênero, meio ambiente, saúde, pluralidade cultural, ecumenismo); incentivo à participação em outros espaços formativos, como a Pastoral da Fé e política, as CEBs, a Pastoral do Menor e as organizações sociais, entre outros.

Destacam-se, a partir dessa lista de temáticas formativas, o caráter do desenvolvimento dos sujeitos atendidos (criança, adolescente, jovem, adultos e idosos), os mecanismos de atuação na defesa da criança, do adolescente e dos jovens e o processo filosófico pastoral. A formação do educador social no BOMPAR é interdisciplinar, com base na Pedagogia, Filosofia, Teologia, Sociologia, Psicologia e História e tem o compromisso político de defesa dos oprimidos, a partir da práxis da libertação.

Considerações finais

Como um grande “caleidoscópio”, que apresenta múltiplos padrões, formas e cores a cada movimento, assim se dá a ação do educador social com as crianças, os adolescentes e as famílias dos atendidos, na defesa da vida, na rede de proteção, nos desafios e nas potencialidades do território ou nos embates políticos pela efetivação dos direitos e das melhores condições de trabalho.

O BOMPAR, ao atender diariamente mais de 2.700 crianças, adolescentes e suas famílias na Zona Leste de São Paulo, com um viés libertador, diante de um complexo sistema opressor, tem-se mostrado como um espaço de resistência, porque prioriza a formação do sujeito com autonomia, amorosidade, cuidado e respeito ao processo de desenvolvimento, propiciando condições para que os atendidos possam manifestar suas experiências, de modo que seus saberes sejam potencializados, contribuindo para o desenvolvimento do ser criativo, crítico e cuidante.

“Ser” educador social exige ousadia, coragem para enfrentar as diversas realidades nos territórios, missionariedade, olhar sensível para as situações de vulnerabilidade e acolher não apenas o atendido, mas toda a complexidade que envolve seu universo, suas marcas, suas trajetórias e seus sonhos. A formação para a consciência e a politicidade, marca do

processo formativo do BOMPAR nos conselhos de direitos, fóruns e espaços de controle social, é possível ser evidenciada com um protagonismo ético pautado no compromisso com o desenvolvimento humano integral.

“Ser” educador social requer uma articulação com o global e o local, pensar macro e agir no cotidiano. Nesse jogo de relações, é que se tecem o agir e a teoria da Pedagogia Social, o que faz do educador social um profissional engajado na luta pela libertação daqueles que com ele convivem. Sua forma de pensar e de agir faz dele um intelectual orgânico, que lê e interpreta os fatos e os acontecimentos e interfere na construção de valores e concepções das políticas de direitos humanos.

Os resultados preliminares indicam, por um lado, um desgaste da atuação do educador por causa das exigências pastorais, pedagógicas e políticas, pouca procura por processos de formação externo ou cursos de nível técnico e superior para ampliação do conhecimento, tendência à acomodação na estrutura institucional e, por outro, rotatividade dos educadores pelos motivos já apresentados. O exercício do educador não se dá na universidade, em cursos técnicos (relevantes para ampliação do saber), mas no “aprender fazendo”, o que nem sempre é claro ou conectado com a teoria, uma vez que o registro e a sistematização são grandes desafios. Pensar em uma educação emancipatória que empodera pressupõe desconstruir ou ressignificar várias concepções que caminham para a compreensão de que se é sujeito que produz cultura e saberes, mesmo em condições de extrema vulnerabilidade, podendo ser capaz de romper com o ciclo de exclusão e marginalização.

As agências que avaliam o Centro Social Nossa Senhora do Bom Parto entendem que a formação dos educadores sociais repercute na qualidade do atendimento das crianças e dos adolescentes, pois carregam uma carga intencional pedagógica, política e pastoral. O compromisso do educador social do BOMPAR é político, pedagógico e pastoral, aponta para as injustiças e as desigualdades sociais, visando à construção de um projeto de sociedade com base no bem viver, sem a pretensão de que o educador seja por si só o promotor da mudança, mas sim um dos agentes de transformação.

Este artigo permeou uma breve descrição sobre a Pedagogia Social como uma possibilidade para a assistência social na cidade de São Paulo, sobre o local de atuação dos educadores nos Centros Educacionais Comunitários (CECs), núcleos do BOMPAR, além de ter procurado analisar quem é o educador social e como se dá seu processo formativo, entre desafios e possibilidades.

Pode-se concluir que é preciso romper com um sistema de exclusão e de colonização dos pensamentos e permitir ressaltar as potencialidades do trabalho com crianças, adolescentes, jovens, famílias e comunidade, ressignificando velhos paradigmas e contribuindo para o surgimento de outros novos. A proposta da Pedagogia Social é criadora das condições emancipadoras e potencializadoras para o surgimento de novos paradigmas de relação humana e ecológica, permitindo ao educador se compreender como tal, no exercício dialético da ação-reflexão-ação, de modo a contextualizar as relações de vida (opressor e oprimido), onde ele e ela possam, assim, aprender e apreender.

Recebido em: 05/10/2018

Revisado pelo autor em: 31/10/2018

Aprovado para publicação em: 30/11/2018

Notas

1 Este trabalho faz parte do conjunto de pesquisas sobre crianças e adolescentes do Grupo de Pesquisa em Pedagogia Social da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Destaca-se que parte do material de pesquisa deste artigo comporá a dissertação de mestrado.

2 Mestrando em Educação, Arte e História da Cultura pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. Orientador pedagógico da Pastoral do Centro Social Nossa Senhora do Bom Parto. Coordenador da Pastoral do Menor da Região Episcopal Belém/Arquidiocese de São Paulo e assessor da Pastoral do Menor do Estado de São Paulo triênio 2018/2020. E-mail: leandro.alps1@gmail.com

3 Doutor em Ciências Sociais. Professor e pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Educação, Arte, Cultura e História e líder do Grupo de Pesquisa em Pedagogia Social da Universidade Presbiteriana Mackenzie. Membro do Socius (Universidade Técnica de Lisboa), do Instituto Catequético Secular São José (ICA) e da Pastoral do Menor da Região Episcopal Lapa, São Paulo. Autor de livros e artigos sobre os direitos da infância e da adolescência. E-mail: j.clemente@uol.com.br

Referências

ALVARADO-PRADA, Luis Eduardo; FREITAS, Thaís Campos; FREITAS, Cinara Aline. Formação continuada de professores: alguns conceitos, interesses, necessidades e propostas. **Revista Diálogo Educacional**, Paraná, v. 10, n. 30, p. 367-387, maio/ago. 2010. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/index.php/dialogoeducacional/article/view/2464>. Acesso em: 10 jun. 2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

_____. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 18 set. 2018.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 18 set. 2018.

_____. **Projeto de Lei do Senado nº 328, de 2015**. Dispõe sobre a regulamentação da profissão de educadora e educador social e dá outras providências. Brasília, 2015.

CALIMAN, Geraldo. Fundamentos teóricos e metodológicos da Pedagogia social na Europa (Itália). *In*: CONGRESSO INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA SOCIAL, 1., 2006, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2006. Disponível em: http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC000000092006000100015&. Acesso em: 3 jun. 2018.

_____. **Paradigma da exclusão social**. Brasília: UNESCO, 2008. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000162290>. Acesso em: 2 jun. 2018.

BOMPAR - Centro Social Nossa Senhora do Bom Parto. **Projeto político-pedagógico**. São Paulo: BOMPAR, 2009.

_____. **Relatório de atividades anual para agência internacional financiadora MISEREOR**. São Paulo: BOMPAR, 2016.

_____. **Currículo de experiência**. São Paulo: BOMPAR, 2018.

CELLARD, André. A análise documental. *In*: POUPART, Jean *et al.* **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 295-316.

COELHO, Simone. **Terceiro setor: um estudo comparado entre Brasil e Estados Unidos**. 3. ed. São Paulo: Editora SENAC, 2002.

DUSSEL, Enrique. **Filosofia da libertação na América Latina**. São Paulo: Loyola, 1977.

_____. **Teologia da Libertação**: um panorama de seu desenvolvimento. Petrópolis: Vozes, 1999.

_____. **Política da libertação**. Passo Fundo: IFIBE, 2014.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1996.

_____. **Pedagogia do oprimido**. 39. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

GRACIANI, Maria Stela. **Educadores Sociais**: a importância da formação na implementação de tecnologias sociais. Brasília: Fundação Banco do Brasil, 2011. Disponível em: http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/educocomunicacao/formacao_educadores_sociais__fundacao_bb_2011.pdf#page=93. Acesso em: 9 jun. 2018.

_____. **Pedagogia social**. São Paulo: Cortez, 2014.

HELDER, Raimundo. **Como fazer análise documental**. Porto: Universidade de Algarve, 2006.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MOURA, Eliana; ZUCCHETTI, Dinora. Educação além da Escola: acolhida a outros saberes. **Cadernos de Pesquisa**, v. 40 n. 140, p. 629-648, maio/ago. 2010 Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/180/198>. Acesso em: 10 jun. 2018.

PEREIRA, Antonio. Currículo e formação de educadores sociais na pedagogia social: relato de uma pesquisa-formação. **Revista Profissão Docente**, Uberaba, v. 13, n. 29, p. 9-35, jul./dez. 2013. Disponível em: <http://www.revistas.uniube.br/index.php/rpd/article/view/545/731>. Acesso em: 10 jun. 2018.

SÃO PAULO. Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social. Portaria nº 46, de 22 dezembro de 2010. Dispõe sobre a tipificação da Rede Socioassistencial do município de São Paulo e a regulação de

parceria operada por meio de convênios. **Diário Oficial da Cidade de São Paulo**, 23 dez. 2010.

SOUZA NETO, João Clemente de. **Crianças e adolescentes abandonados**: estratégias de sobrevivência. São Paulo: Expressão & Arte, 2002.

_____. Pedagogiasocial: A formação do educador social e seu campo de atuação. **Cadernos de Pesquisa em Educação**, v. 16, n. 32, p. 29-64, jul./dez. 2010. Disponível em: <http://www.periodicos.ufes.br/educacao/article/view/4404>. Acesso em: 16 jun. 2018.

SPOSATI, Aldaiza. A profissionalização do agente institucional gestor de política social como política de direitos de cidadania: o caso da gestão da assistência social na cidade de São Paulo. *In*: CONGRESO INTERNACIONAL DEL CLAD SOBRE LA REFORMA DEL ESTADO Y DE LA ADMINISTRACIÓN PÚBLICA, 10., 2005, Santiago, Chile. **Anais...** Santiago: CLAD, 2005. Disponível em: http://bresserpereira.sitepessoal.com/Documents/MARE/RH/sposati_rh.pdf. Acesso em: 17 jun. 2018.

VYGOTSKY, Lev. **Psicologia pedagógica**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.